

STJ00118839

TERESA ARRUDA ALVIM
EDUARDO TALAMINI
COORDENADORES

ARBITRAGEM E EXECUÇÃO

DIVISÃO DE COMPETÊNCIAS, PODERES DO ÁRBITRO
E LIMITES SUBJETIVOS

CAIO CÉSAR BUENO SCHINEMANN

Prefácio

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON

Coleção

Liebman

Idealizador

Arruda Alvim

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quênia Becker

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Ana Carolina Francisco

Estagiária: Aline Pavanelli

Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Jéssica Viana Bezerra

Analistas de Operações Editoriais: Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Meihado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial e ProView: Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Michelle Kwan e Thabata Flausino de Almeida

Copo: BÉ/ON Comunicação

Adaptação capa: Arieli Villalba e Cinthia Riveros

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Schinemann, Caio César Bueno

Arbitragem e execução : divisões de competências, poderes do árbitro e limites subjetivos / Caio César Bueno Schinemann ; coordenação Teresa Arruda Alvim ; Eduardo Talamini; idealizador Arruda Alvim *(in memoriam)*. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023.

Bibliografia.

ISBN 978-65-260-1981-8

1. Arbitragem (Direito) - Brasil 2. Arbitragem (Direito)- Leis e legislação - Brasil 3. Execução (Direito) - Brasil I. Alvim, Teresa Arruda. II. Talamini, Eduardo. III. Título.

23-170873

CDU-347.918

Índices para catálogo sistemático:

1. Arbitragem e execução : Direito processual civil 347.918
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária- CRB-1/3129

SUMÁRIO

SOBRE A COLEÇÃO LIEBMAN.....	5
NOTA DO AUTOR.....	7
PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO.....	17
Justificativa.....	18
Delimitação do tema.....	20
Hipótese	20
Premissas metodológicas: a arbitragem na teoria geral do processo e o Código de Processo Civil como fonte subsidiária do processo arbitral.....	21

PARTE I – DIVISÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE JUIZ E ÁRBITRO NA EXECUÇÃO JUDICIAL RELACIONADA À ARBITRAGEM

1. DIVISÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE JUIZ E ÁRBITRO NA TUTELA DO EXEQUENTE: PROMOÇÃO DE ATOS EXECUTIVOS	27
1.1. Aspectos procedimentais da propositura e desencadeamento da execução....	27
1.2. Competência para definição das medidas executivas a serem adotadas	28
1.3. Liquidez da sentença arbitral como requisito à tutela executiva	31
1.4. Obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa	34
1.5. Fixação de astreintes pelo árbitro	37
1.6. Execução pelo resultado prático equivalente.....	40
1.7. Conversão em perdas e danos.....	42
1.8. Tutela provisória na execução relacionada à arbitragem	44
1.9. Cumprimento da sentença arbitral contra a Fazenda Pública	46
1.10. Carta arbitral	48
1.11. Execução em favor do árbitro	50
2. DIVISÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE JUIZ E ÁRBITRO NA TUTELA DO EXECUTADO: ASPECTOS GERAIS DO CONTRADITÓRIO NA EXECUÇÃO RELACIONADA À ARBITRAGEM	55

2.1.	Defesa do executado como demanda e objeção: repercussões sobre a arbitragem	56
2.2.	Critério para a divisão de competência entre juiz e árbitro na defesa do executado: potencialidade de formação de coisa julgada	58
2.2.1.	Cognição e coisa julgada nos embargos à execução e na impugnação ao cumprimento de sentença	58
2.2.2.	Cognição e coisa julgada na defesa via simples petição	59
2.2.3.	Cognição e coisa julgada na defesa via exceção de pré-executividade	59
2.3.	Suspensão da execução relacionada à arbitragem a partir da defesa do executado	63
3.	DIVISÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE JUIZ E ÁRBITRO NAS ESPÉCIES DE DEFESA DO EXECUTADO	69
3.1.	Impugnação ao cumprimento de sentença	69
3.1.1.	Dedução de matéria relativa às anulabilidades da sentença arbitral	69
3.1.2.	Falta ou nulidade de notificação	69
3.1.3.	Ilegitimidade da parte	71
3.1.4.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação	72
3.1.5.	Penhora incorreta ou avaliação errônea	74
3.1.6.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	75
3.1.7.	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução.....	75
3.1.8.	Causas modificativas ou extintivas da obrigação supervenientes à sentença: prescrição.....	77
3.1.9.	Inexigibilidade da obrigação veiculada na sentença arbitral decorrente de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal	79
3.1.9.1.	Vinculação do árbitro às decisões de inconstitucionalidade do Supremo Tribunal Federal e possibilidade de controle judicial.....	79
3.1.9.2.	Inaplicabilidade do art. 525, § 12, do CPC à sentença arbitral.....	82
3.2.	Embargos à execução.....	86
3.2.1.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação	87
3.2.2.	Penhora incorreta ou avaliação errônea	87
3.2.3.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	87
3.2.4.	Retenção por benfeitorias	89
3.2.5.	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução.....	93
3.2.6.	Qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento: prescrição	93

3.3.	Defesa via simples petição	95
3.4.	Exceção de pré-executividade	97
4.	PRAZO E FORMA DAS DEFESAS DO EXECUTADO NA EXECUÇÃO RELACIONADA À ARBITRAGEM	101
5.	FUNDAMENTOS ATÍPICOS DE DEFESA DO EXECUTADO DIANTE DA SENTENÇA ARBITRAL	105
5.1.	Inexistência de “sentença” arbitral	105
5.2.	Quebra atípica (“relativização”) da coisa julgada arbitral	106

PARTE II – POSSIBILIDADE DE SATISFAÇÃO DE PRETENSÃO INSATISFEITA DIRETAMENTE PELO ÁRBITRO

6.	DE LEGE FERENDA: POSSIBILIDADE E PERTINÊNCIA DE ATRIBUIÇÃO DE PODERES EXECUTÓRIOS AOS ÁRBITROS	113
6.1.	Perspectiva geral da execução das decisões arbitrais no direito comparado: equiparação à execução de decisões judiciais	113
6.2.	Aparentes exceções que confirmam o modelo geral de execução relacionada à arbitragem: Chile, Peru e Colômbia	115
6.3.	Exceções ao modelo geral de execução das decisões arbitrais	117
6.3.1.	Tentativa portuguesa de atribuição de poderes executórios aos árbitros	117
6.3.2.	Modelo equatoriano de execução de medidas cautelares diretamente pelo árbitro	118
6.4.	Impertinência das propostas de alteração do regime jurídico da arbitragem no Brasil para a atribuição de amplos poderes executórios aos árbitros	119
7.	DE LEGE LATA: POSSIBILIDADE DE EFETIVAÇÃO DAS DECISÕES PELO ÁRBITRO A PARTIR DA ORDEM JURÍDICA VIGENTE	123
7.1.	<i>Imperium</i> do árbitro na ordem jurídica vigente	123
7.1.1.	<i>Imperium</i> em sentido estrito: <i>imperium merum</i> (puro) como monopólio do Estado	124
7.1.2.	<i>Imperium</i> em sentido amplo: jurisdição como ato de império, inclusive quando exercida pelo árbitro	124
7.1.3.	<i>Imperium</i> em seu aspecto intermediário: <i>imperium mixtum</i> (médio) como poder detido pelo árbitro	125
7.1.4.	Parcela de <i>imperium</i> detida pelo árbitro e a possibilidade de atuar com força jurídica, ainda que não atue com força física	126
7.2.	Tutela constitutiva como mecanismo de implementação de decisões pelo árbitro	127
7.3.	Sub-rogação ideal pelo árbitro	130

7.3.1.	Autotutela assistida como mecanismo de sub-rogação ideal pelo árbitro.....	133
7.3.2.	Garantias autoexecutáveis.....	135
7.3.3.	Compensação.....	138
7.3.4.	Compensação e Fazenda Pública.....	142
7.3.5.	Pagamento por terceiro economicamente interessado na arbitragem.....	146
7.3.6.	Concessão de reequilíbrio econômico-financeiro nos contratos públicos e privados.....	148
7.3.7.	<i>Smart contracts</i>	150
7.4.	Execução indireta para além das astreintes.....	152
8.	ANÁLISE DE REGULAMENTOS DE CÂMARAS ARBITRAIS.....	157
8.1.	Câmara Nacional de Resolução de Disputas da CBF.....	157
8.2.	Disposições relacionadas ao descumprimento de decisões em Regulamentos de outras Câmaras Arbitrais.....	159
8.2.1.	Divulgação de partes que descumpriram a sentença arbitral.....	159
8.2.2.	Sanções relacionadas à filiação a associações e entidades de classe ...	160
8.2.3.	Alocação de custos da arbitragem.....	160
8.2.4.	Vedação à instauração de arbitragem na Câmara em caso de prévio descumprimento de sentença arbitral.....	160
8.2.5.	Veiculação na sentença de diretrizes a facilitar a futura execução da sentença.....	161
8.2.6.	Execução da decisão pelo árbitro.....	161
9.	ASPECTOS PROCESSUAIS DA SISTEMÁTICA DE EFETIVAÇÃO DE DECISÕES ARBITRAIS PROPOSTA.....	163
9.1.	Manutenção da jurisdição da Câmara arbitral para os atos de satisfação do direito.....	163
9.2.	Operacionalização dos atos de satisfação do direito na arbitragem após a prolação da sentença arbitral.....	164
9.3.	Coexistência de atos de implementação da decisão pelo árbitro com a execução pelo Judiciário.....	165
9.4.	Controle judicial dos atos de satisfação de direito pelo árbitro.....	166

PARTE III – LIMITES SUBJETIVOS NA EXECUÇÃO RELACIONADA À ARBITRAGEM

10.	LEGITIMIDADE DO TERCEIRO NA EXECUÇÃO RELACIONADA À ARBITRAGEM.....	173
10.1.	Espólio, herdeiros e sucessores <i>causa mortis</i>	174

10.2. Feador.....	174
10.3. Obrigações solidárias.....	176
10.4. Sub-rogação legal ou convencional.....	178
10.5. Transferência voluntária da situação substantiva.....	178
11. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	181
11.1. Extensão subjetiva da cláusula compromissória diante de pedido de desconsideração da personalidade jurídica.....	181
11.2. Inadequada solução conferida pelo STJ no caso Continental.....	183
11.3. Desconsideração da personalidade jurídica atributiva na arbitragem.....	185
11.4. Extensão objetiva da cláusula compromissória diante da alegação de abuso da personalidade jurídica.....	187
11.5. Demanda autônoma contra o terceiro perante o Poder Judiciário enquanto pendente a arbitragem.....	189
11.6. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica no cumprimento de sentença arbitral.....	192
12. FRAUDE À EXECUÇÃO.....	195
12.1. Termo inicial da fraude à execução referente ao processo arbitral.....	196
12.2. Competência para reconhecimento da fraude à execução.....	197
12.3. Caracterização da fraude à execução diante do sigilo dos processos arbitrais.....	198
12.4. Protesto judicial contra a alienação de bens.....	202
13. ARBITRAGEM E EXECUÇÃO IMPRÓPRIA.....	207
13.1. Arbitragem e registros imobiliários.....	211
13.1.1. Eficácia imediata das decisões arbitrais perante os registros imobiliários.....	211
13.1.2. Hipoteca judiciária.....	212
13.2. Arbitragem e Cartórios de Títulos e Protestos.....	214
13.2.1. Sustação e cancelamento de protesto determinado por decisão arbitral.....	214
13.2.2. Protesto da sentença arbitral.....	216
13.3. Arbitragem e acordos de acionistas.....	217
14. PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS DE ARBITRAGEM.....	221
Conclusão.....	222
REFERÊNCIAS.....	227